

CONCENTRAÇÃO DE RENDA E POBREZA NA BAHIA: 1981-1999

RAFAEL GUERREIRO OSORIO*
MARCELO MEDEIROS**

INTRODUÇÃO

Neste artigo busca-se descrever, por intermédio de indicadores amplamente utilizados na literatura sobre desigualdade econômica, a situação do estado da Bahia no tocante à concentração da renda, à incidência e à intensidade da pobreza, no período compreendido entre 1981 e 1999. São duas as preocupações que servem de fio condutor da descrição: a primeira consiste em situar a Bahia, em termos dos seus indicadores, com relação às demais Unidades da Federação, no primeiro e no último ano do período supracitado; a segunda é apresentar o comportamento da concentração de renda e do nível de pobreza ao longo do referido período.

Existe uma quantidade relativamente ampla de estudos sobre a evolução da desigualdade e da pobreza no Brasil ao longo do tempo. Exemplos incluem Barros, Henriques & Mendonça (2001), Neri & Amadeo (1998), Barros & Mendonça (1995a e 1995b), Neri, Considera & Pinto (1996), Ramos & Bonelli (1992), Hoffman & Kageyama (1984), Fonseca (1981), Sabóia (1977), Costa (1974), mas existem muitos outros. A conclusão geral desses estudos, no que diz respeito à desigualdade, é que, ao longo da década de 1960, houve uma forte concentração da renda pessoal no Brasil e, a partir de meados da década de 1970, os níveis de desigualdade mantiveram-se relativamente estáveis. Quanto à pobreza, é possível observar uma leve tendência de declínio ao longo do tempo, embora indicadores apontem para um pequeno aumento dos níveis de pobreza no final dos anos 1990. No Brasil, as reduções da pobreza estão, em geral, relacionadas ao crescimento agregado da economia, e não a melhorias na distribuição da renda.

De especial interesse são os estudos que relacionam a pobreza no país à desigualdade. Já no início da década de 1980, Furtado (1981, p. 61) apontava para essa relação afirmando que

[...] o Brasil não é a rigor um país *pobre*, vale dizer, impossibilitado de solucionar esse tipo de problema pelos seus próprios meios (...) para *eliminar* o problema da miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação da renda nacional dos 10 por cento mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda *per capita* comparável à nossa.

* Sociólogo, consultor da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DISOC/IPEA), rafaelg@ipea.gov.br.

** Economista, técnico da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (DISOC/IPEA), medeiros@ipea.gov.br.

Essa forte relação entre a pobreza e a desigualdade manteve-se praticamente inalterada no tempo. Quase 20 anos depois de Furtado, os resultados de Barros, Henriques & Mendonça (2001:141) endossam as mesmas conclusões: "(...) o Brasil não é um país pobre (...), mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres". A distribuição espacial da pobreza possui relação com as diferenças observadas entre as distintas regiões do país. As desigualdades regionais no Brasil são notórias e mostram-se bastante estáveis no tempo, como indicam Barros, Mendonça & Duarte (1996). Em termos agregados, as regiões Sudeste e Sul são claramente mais ricas, enquanto a região Nordeste é a mais pobre. No que diz respeito à distribuição local da renda, a concentração é maior no Nordeste do que no restante do país. Uma extensa literatura tem sido dedicada à análise da origem e da evolução dessas diferenças, geralmente as atribuindo a um modelo nacional de desenvolvimento que deu pouca ou nenhuma atenção à supressão dos diferenciais entre regiões, a ponto de o Brasil ser considerado um dos países do mundo com maiores desigualdades regionais (SAVEDOFF, 1989; AZZONI, 1997).

Essa grande diferenciação regional denota a importância da realização de estudos sobre o comportamento da desigualdade e da pobreza nas diferentes áreas do país. No caso específico do Nordeste, Barreto, Jorge Neto & Tebaldi (2001) mostram, utilizando informações dos Censos Demográficos e PNADs, que existiu uma tendência geral à concentração da renda entre 1970 e 1991, mas que existem divergências no comportamento observado dos diferentes estados da região. Resultados como esse sugerem a relevância do acompanhamento de indicadores estaduais que, por meio de diagnósticos particularizados, contribuam não só para a realização de políticas locais que favoreçam a redução da pobreza e da desigualdade social como, também, para a organização de políticas nacionais que visem à redução das desigualdades regionais. É por esse motivo que este artigo busca traçar um panorama da evolução da pobreza e da desigualdade na Bahia, comparando os resultados com os obtidos para o restante do Brasil.

METODOLOGIA

Todos os indicadores construídos têm por base as rendas domiciliares *per capita*, calculadas a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1981 a 1999¹. Como o cálculo da renda domiciliar exige que todas as rendas de todos os residentes sejam conhecidas, não foram considerados os domicílios cujas rendas individuais eram ignoradas. Pessoas cuja situação, no domicílio, em relação à pessoa de referência, era de pensionista, empregado doméstico, ou parente de empregado doméstico não tiveram suas rendas individuais computadas na renda domiciliar, tampouco foram consideradas para o cálculo do número de membros do domicílio.

A média da renda domiciliar *per capita* – calculada a partir da renda domiciliar e do número de membros do domicílio, tal como descritos acima – é

¹ Exceto 1991 e 1994, anos em que a pesquisa não foi realizada.

utilizada como indicador do nível da renda. Todos os valores apresentados foram inflacionados e os de anos anteriores a 1994 convertidos das unidades monetárias originais, para Reais de janeiro de 2002. Para tanto, utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) restrito, do IBGE, com os ajustes sugeridos por Corseuil & Fogel (2002) para o uso com dados provenientes das PNADs. Esses ajustes visam lidar com a mudança de moeda ocorrida em 1994, e a centrar os índices no primeiro dia do mês, data em torno da qual a maior parte dos trabalhadores recebe seus rendimentos e empregadores realizam suas retiradas.

Como indicador da concentração de renda, será utilizado o Índice de Gini. Esse indicador tradicional pode assumir valores que vão de zero $\frac{3}{4}$ em uma situação hipotética de distribuição de renda perfeitamente igualitária, na qual todas as pessoas possuem o mesmo rendimento domiciliar *per capita* $\frac{3}{4}$ a um, que é o caso quando apenas um indivíduo recebe sozinho toda a renda disponível, configurando uma situação de desigualdade máxima. Embora a definição do Gini não dependa da Curva de Lorenz², uma forma intuitiva de apreender seu sentido é considerá-lo como a comparação (razão) entre a área delimitada pela Curva de Lorenz e a área total esperada na hipótese de desigualdade máxima. Hoffmann (1998:85) sugere a seguinte equação para o cálculo do Gini a partir de pesquisas que exigem a utilização de fatores de expansão da amostra (pesos), como a PNAD:

$$GINI = \frac{2 \sum z_i w_i x_i}{\sum w_i \sum w_i x_i} - 1 \quad [1]$$

Onde:

x_i = renda domiciliar *per capita* do i-ésimo indivíduo

w_i = fator de expansão do i-ésimo indivíduo

z_i = população acumulada até o i-ésimo indivíduo menos a metade do seu fator de expansão³

Antes da escolha de indicadores da incidência e da intensidade da pobreza é necessário definir a fronteira entre pobres e não-pobres. Existe uma discussão relativamente ampla sobre o que venha a ser pobreza e como medi-la. Spicker (1998), por exemplo, analisa diferentes noções modernas de pobreza nas ciências sociais e as agrupa em onze categorias distintas, fato indicativo da diversidade de opiniões sobre o tema. Mesmo nos casos em que algum consenso é obtido em relação ao que venha a ser pobreza, persiste alguma

² Gráfico de dispersão que compara a distribuição de frequência relativa acumulada da renda com a da população, ordenada do indivíduo mais pobre ao mais rico, com a renda representada no eixo das ordenadas e a população no das abcissas.

³ Algebricamente: $\sum w_i - \frac{w_i}{2}$

polêmica quanto à forma de medi-la corretamente, como mostram, por exemplo, os estudos de Saunders (1998), Ravallion (1996), Feres & Mancero (1999), Streeten (1998), Sen (1983) e Townsend (1974). O termo *pobreza* é, na verdade, uma metáfora para indicar a miséria e o sofrimento humano, sendo, portanto, natural haver dificuldades tanto para sua definição quanto para sua mensuração.

Muitos estudos que se utilizam de levantamentos abrangentes, como é o caso dos Censos Demográficos e das PNADs, definem pobreza como insuficiência de renda e a medem a partir de uma linha de pobreza. Embora uma definição como essa seja vulnerável até mesmo à crítica de que se trata de uma medida insuficiente da situação econômica dos indivíduos, pois não considera informação sobre patrimônio (SEN, 1997), a identificação dos pobres a partir de linhas de insuficiência de renda é uma estratégia pragmática, pois, em certos casos, a utilização de outras dimensões do bem-estar humano na mensuração da pobreza é impossível. Uma das vantagens de medir a pobreza a partir da insuficiência de renda é a comparabilidade dos resultados com a quantidade relativamente grande de estudos que lançam mão do mesmo recurso.

Estimar uma linha de pobreza, mesmo no caso da mensuração da pobreza como insuficiência de renda, requer escolhas dentro da grande variedade de métodos para identificar os pobres. O Brasil não possui uma linha de pobreza oficial, tampouco uma que seja objeto de consenso razoável entre os pesquisadores e, por essa razão, o conjunto dos estudos sobre pobreza realizados no país tem como característica a utilização de várias definições e métodos distintos para abordar o fenômeno.

Uma prática razoavelmente disseminada é arbitrar a linha de pobreza como sendo um múltiplo do salário-mínimo. É uma abordagem que, como todas as outras, possui vantagens e desvantagens. As principais desvantagens ficam por conta da unidimensionalidade implícita, pois há outros fatores, que não a renda, que concorrem para a determinação de uma situação de pobreza. Some-se a isso o fato de que a definição do valor do salário-mínimo não se pauta exclusivamente pelo custo do atendimento de necessidades básicas, e a imposição da atualização, sempre imperfeita, de valores por índices de preços. No Brasil, as grandes disparidades inter e intra-regionais acarretam ainda o problema de o salário-mínimo ter um poder de compra razoavelmente distinto em cada lugar.

Por outro lado, linhas baseadas em múltiplos do salário-mínimo são de mais fácil apreensão intuitiva pelo público não-especialista – sua maior vantagem –, relacionam-se a critérios legais de prestação de benefícios da Assistência Social e foram amplamente utilizadas em estudos brasileiros das décadas de 1970 e 1980. Neste trabalho, optou-se por uma linha de pobreza de meio salário-mínimo de renda domiciliar *per capita* no mês de janeiro de 2002, que equivale a R\$ 90,00. Tal valor foi deflacionado para os anos anteriores utilizando o INPC ajustado de Corseuil & Fogel (2002),

e convertido para as unidades monetárias adequadas, nos anos anteriores a 1994. Embora um tanto arbitrário, esse valor coincide com o de muitas outras linhas calculadas para o Brasil por diversos métodos ou está próximo ao dessas linhas. É importante notar que as conclusões obtidas com esse valor são coerentes com linhas tanto mais altas quanto mais baixas, o que relega, nesse caso, a discussão do valor exato de uma linha de pobreza para a Bahia ao segundo plano.

Definida a linha de pobreza, foram calculados os indicadores P0, P1 e P2 da classe de indicadores de pobreza formalizada por Foster, Greer & Thorbecke (1984), conhecidos como indicadores FGT. O último desses indicadores⁴, o P2, atende aos dois axiomas que Sen (1976) recomenda como propriedades desejáveis em indicadores de pobreza. A primeira seria a monotonicidade, ou seja, a redução da renda (ou de outros atributos considerados na elaboração da linha de pobreza escolhida) de um indivíduo abaixo da linha de pobreza que deve implicar aumento do indicador. A segunda propriedade desejável seria a sensibilidade a transferências regressivas: se parte ou toda a renda de um pobre é transferida para uma pessoa menos pobre, o indicador deve aumentar.

Para produzir os indicadores de pobreza da classe FGT a partir de pesquisas amostrais, nas quais os indivíduos estão associados a fatores de expansão (pesos), pode-se utilizar a seguinte equação:

$$P_{\alpha} = \frac{1}{N} \sum w_i \left(\frac{Z - Y_i}{Z} \right)^{\alpha} \text{ se } Z - Y_i > 0 \quad [2]$$

Onde:

P_{α} = indicador de pobreza da classe FGT

N = população total (amostra expandida)

w_i = fator de expansão do i-ésimo indivíduo

Y_i = renda domiciliar *per capita* do i-ésimo indivíduo

Z = linha de pobreza

Na equação [2] acima, o valor assumido por α determina o indicador que será produzido: se zero, o P0; se um, o P1; e se dois, o P2. Cada um indica algo diferente. O P0 indica a proporção de pobres na população e, visando facilitar a interpretação, seu resultado será apresentado ao longo do trabalho

⁴ O P2 foi proposto por Foster, Greer & Thorbecke (1984), enquanto o P0 e o P1 já eram utilizados sob outras formas e denominações. Entretanto, estes esses pesquisadores demonstraram que todos esses indicadores pertenciam a uma mesma classe e formalizaram tal assertiva.

na forma de percentuais. Embora sensível ao número de pobres, o P0 não distingue indivíduos em função de seu grau de pobreza, sendo, portanto, uma medida apenas da incidência da pobreza na população. O P1 expressa o hiato médio de renda padronizado pela linha de pobreza adotada. Assim, constitui uma medida da intensidade da pobreza. Entretanto, o P1 tem o problema de não apresentar sensibilidade às transferências regressivas, caso elas ocorram entre pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza. O P2, que se baseia na média dos hiatos de renda elevados ao quadrado, combina informações sobre a incidência, a intensidade e a heterogeneidade da pobreza entre os pobres.

RESULTADOS

A Bahia em relação às demais Unidades da Federação

Na Tabela 1 estão listados a renda *per capita*, em valores correntes de janeiro de 2002, o Índice de Gini, e os indicadores FGT para cada unidade da federação em 1981 e em 1999. O número entre colchetes ao lado de cada indicador representa a posição da unidade da federação em relação às demais. Quanto menor a posição, pior a situação da unidade em termos do indicador. Assim, por exemplo, tem-se que, em termos da renda *per capita*, o Piauí era o estado mais pobre, o primeiro, em 1981, e o segundo em 1999, tendo trocado de posição com o Maranhão. Considerando o Gini, o Ceará era o estado com maior concentração de renda, em 1981, posto ocupado pela Paraíba em 1999. Seguindo o mesmo raciocínio, o P0 indica que o estado com maior proporção de pobres, 79% da população, era o Piauí em 1981; e com 65%, o Maranhão, em 1999. Já as medidas de intensidade da pobreza, o P1 e o P2, colocam o Piauí em primeiro lugar, tanto em 1981 quanto em 1999.

Algumas tendências compartilhadas por todas as unidades da federação no período 1981-1999 podem ser percebidas na Tabela 1. A primeira, desprezando-se as imperfeições do processo de atualização das rendas e da captação das mesmas, é a elevação da renda *per capita*, ocorrida em todas as unidades da federação, exceto em Roraima e no Amazonas, que passaram por um processo claro de intensificação da pobreza no período. Entretanto, o aumento da renda *per capita* não beneficiou de forma igualitária os diferentes segmentos da população, pois a concentração da renda aumentou concomitantemente em quase todas as unidades da federação. Somente no Espírito Santo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro são detectadas reduções no Índice de Gini e, em Goiás⁵, o valor do índice permaneceu o mesmo.

⁵ Em 1999, as informações do estado de Tocantins, que fazia parte de Goiás até 1988, foram agregadas a este último, com a finalidade de manter o número de vinte e seis unidades da federação da década de 1980.

Tabela 1

Indicadores de desigualdade e pobreza por Unidades da Federação
Brasil, 1981 e 1999

Unidade da Federação ¹	1981					1999				
	Renda per capita ²	Índice de Gini	P0 ³	P1 ³	P2 ³	Renda per capita ²	Índice de Gini	P0 ³	P1 ³	P2 ³
Rondônia	246,50 [19°]	0,467 [24°]	20 [22°]	0,071 [21°]	0,041 [21°]	316,84 [21°]	0,558 [17°]	21 [20°]	0,094 [20°]	0,060 [19°]
Acre	200,49 [12°]	0,516 [20°]	36 [14°]	0,149 [14°]	0,085 [12°]	313,19 [19°]	0,624 [02°]	36 [13°]	0,167 [12°]	0,103 [12°]
Amazonas	269,27 [21°]	0,495 [23°]	21 [21°]	0,061 [24°]	0,026 [24°]	192,84 [08°]	0,546 [21°]	43 [10°]	0,183 [11°]	0,111 [11°]
Roraima	347,87 [23°]	0,435 [26°]	6 [26°]	0,013 [26°]	0,004 [26°]	307,09 [18°]	0,511 [26°]	18 [24°]	0,085 [21°]	0,056 [20°]
Pará	204,65 [14°]	0,525 [18°]	36 [15°]	0,131 [16°]	0,067 [17°]	207,02 [10°]	0,557 [18°]	40 [11°]	0,160 [13°]	0,087 [13°]
Amapá	150,04 [08°]	0,440 [25°]	40 [12°]	0,152 [13°]	0,077 [14°]	214,70 [11°]	0,544 [22°]	39 [12°]	0,192 [10°]	0,125 [10°]
Maranhão	90,65 [02°]	0,538 [15°]	73 [02°]	0,388 [02°]	0,249 [02°]	131,11 [01°]	0,574 [13°]	65 [01°]	0,302 [02°]	0,179 [02°]
Piauí	77,57 [01°]	0,564 [08°]	79 [01°]	0,460 [01°]	0,317 [01°]	134,65 [02°]	0,598 [07°]	62 [02°]	0,319 [01°]	0,206 [01°]
Ceará	114,53 [04°]	0,591 [01°]	69 [03°]	0,362 [03°]	0,228 [03°]	157,88 [04°]	0,612 [05°]	57 [04°]	0,279 [03°]	0,176 [03°]
Rio Grande do Norte	132,43 [06°]	0,561 [10°]	60 [06°]	0,290 [05°]	0,175 [05°]	190,49 [07°]	0,595 [08°]	48 [09°]	0,220 [09°]	0,132 [09°]
Paraíba	110,69 [03°]	0,568 [04°]	68 [04°]	0,355 [04°]	0,224 [04°]	225,81 [12°]	0,654 [01°]	50 [07°]	0,242 [07°]	0,148 [06°]
Pernambuco	157,90 [10°]	0,557 [11°]	53 [09°]	0,225 [09°]	0,127 [09°]	181,41 [06°]	0,604 [06°]	51 [06°]	0,238 [08°]	0,146 [08°]
Alagoas	141,27 [07°]	0,544 [12°]	57 [07°]	0,240 [07°]	0,133 [07°]	154,00 [03°]	0,584 [09°]	58 [03°]	0,273 [04°]	0,161 [04°]
Sergipe	129,88 [05°]	0,534 [16°]	61 [05°]	0,270 [06°]	0,152 [06°]	195,41 [09°]	0,623 [04°]	50 [08°]	0,242 [06°]	0,153 [05°]
<i>Bahia</i>	<i>157,47</i> <i>[09°]</i>	<i>0,565</i> <i>[07°]</i>	<i>54</i> <i>[08°]</i>	<i>0,232</i> <i>[08°]</i>	<i>0,129</i> <i>[08°]</i>	<i>162,26</i> <i>[05°]</i>	<i>0,583</i> <i>[10°]</i>	<i>54</i> <i>[05°]</i>	<i>0,248</i> <i>[05°]</i>	<i>0,148</i> <i>[07°]</i>
Espírito Santo	209,52 [15°]	0,566 [06°]	41 [11°]	0,174 [11°]	0,097 [11°]	262,59 [14°]	0,562 [14°]	31 [15°]	0,127 [15°]	0,073 [16°]
Minas Gerais	232,56 [18°]	0,584 [03°]	40 [13°]	0,156 [12°]	0,082 [13°]	283,89 [17°]	0,575 [12°]	30 [16°]	0,125 [16°]	0,076 [15°]
Rio de Janeiro	389,64 [25°]	0,566 [05°]	17 [24°]	0,063 [23°]	0,035 [23°]	409,04 [24°]	0,554 [19°]	15 [25°]	0,055 [25°]	0,030 [26°]
São Paulo	389,29 [24°]	0,507 [21°]	12 [25°]	0,045 [25°]	0,026 [25°]	433,37 [25°]	0,538 [24°]	13 [26°]	0,049 [26°]	0,030 [25°]
Paraná	229,70 [17°]	0,539 [14°]	33 [17°]	0,128 [17°]	0,068 [15°]	316,56 [20°]	0,577 [11°]	26 [19°]	0,108 [18°]	0,065 [17°]
Santa Catarina	248,45 [20°]	0,503 [22°]	25 [19°]	0,084 [20°]	0,043 [20°]	333,31 [22°]	0,520 [25°]	18 [23°]	0,072 [23°]	0,041 [23°]
Rio Grande do Sul	294,23 [22°]	0,543 [13°]	24 [20°]	0,094 [19°]	0,052 [19°]	370,82 [23°]	0,562 [15°]	20 [21°]	0,080 [22°]	0,046 [22°]
Mato Grosso do Sul	228,33 [16°]	0,531 [17°]	33 [18°]	0,117 [18°]	0,057 [18°]	274,39 [16°]	0,553 [20°]	28 [17°]	0,111 [17°]	0,064 [18°]
Mato Grosso	200,54 [13°]	0,519 [19°]	35 [16°]	0,132 [15°]	0,067 [16°]	269,23 [15°]	0,542 [23°]	27 [18°]	0,099 [19°]	0,054 [21°]
Goiás	196,69 [11°]	0,562 [09°]	43 [10°]	0,188 [10°]	0,107 [10°]	246,86 [13°]	0,562 [16°]	33 [14°]	0,133 [14°]	0,078 [14°]
Distrito Federal	440,32 [26°]	0,586 [02°]	19 [23°]	0,069 [22°]	0,037 [22°]	581,87 [26°]	0,624 [03°]	18 [22°]	0,069 [24°]	0,036 [24°]

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

1. Em 1999, o estado de Tocantins foi agrupado ao de Goiás.

2. Em Reais de janeiro de 2002. Valores inflacionados pelo INPC ajustado para o uso com as PNADs sugerido por Corseuil & Fogel (2002).

3. Indicadores calculados para uma linha de pobreza de 1/2 salário-mínimo de renda domiciliar *per capita* em janeiro de 2002, R\$ 90,00, deflacionada para 1999 (R\$ 76,46) e para 1981 (Cr\$ 3.300,17) pelo mesmo índice utilizado para a renda *per capita*.

A proporção de pobres (P0) aumentou em quase todos os estados da região Norte, tendo diminuído apenas no Amapá e se mantido estável no Acre. Na região Nordeste, a proporção de pobres apresentou tendência contrária, reduzindo-se em todos os estados, ficando as exceções por conta de Alagoas, onde houve crescimento de apenas um ponto percentual, e da Bahia, onde o P0 de 1999 era idêntico ao de 1981. Nas demais regiões, o P0 também decresceu, exceto em São Paulo, onde, todavia, o pequeno acréscimo de um ponto percentual não impediu que o estado fosse classificado como o de menor proporção de pobres na população em 1999.

Os indicadores de intensidade da pobreza, o P1 e o P2, por sua vez, apresentam o mesmo comportamento em quase todas as unidades da federação. Porém, em Sergipe, o P2 subiu ligeiramente, enquanto o P1 decresceu um pouco, o que parece sugerir que, a despeito da diminuição do número de pobres, a intensidade da pobreza aumentou para aqueles sobre os quais incide. A mesma observação parece valer para o Mato Grosso do Sul. No Distrito Federal, o P1 se mantém enquanto o P2 sofre uma ligeira redução. Na Região Norte, percebe-se que a intensidade da pobreza aumentou em todos os estados, mesmo no Amapá, onde houve uma quase desprezível queda da proporção de pobres. No Nordeste, a intensidade da pobreza diminuiu em todos os estados em que houve redução expressiva da proporção de pobres, e aumentou onde isto não ocorreu: Alagoas, Bahia e Pernambuco. A única exceção à regra fica por conta do já citado Sergipe.

Observando a Tabela 1, é possível perceber que, a despeito da mudança de posições, os indicadores da Bahia apresentam uma razoável estabilidade no período. A renda *per capita*, por exemplo, teria aumentado apenas R\$ 4,78, uma das menores variações observadas no Brasil. Assim, a Bahia que possuía a segunda maior renda *per capita* do Nordeste (nona menor do Brasil), superada apenas por Pernambuco, e suplantando a renda de todos os demais estados nordestinos e do Amapá, passou a ter a quinta menor renda *per capita* do país e do Nordeste em 1999. Nesse ano, apenas as rendas *per capita* do Maranhão, do Piauí, de Alagoas e do Ceará eram menores que a da Bahia. Entretanto, deve-se ressaltar que nesses estados a renda *per capita* cresceu muito mais do que na Bahia, em termos absolutos ou relativos. Na elevação da renda *per capita*, a Bahia apresenta, portanto, o desempenho mais pífio observado entre os estados nordestinos no período. É interessante notar também que Bahia, Alagoas e Pernambuco eram os três estados nordestinos com maior renda *per capita* em 1981, posições ocupadas pela Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte em 1999. A Paraíba, em particular, apresentou um desempenho ímpar dentre os estados nordestinos, com uma grande redução da incidência da pobreza conjugada a um aumento expressivo da renda *per capita*.

Embora a concentração da renda, medida pelo Índice de Gini, tenha aumentado na Bahia, tendência verificada em quase todos os estados, comparativamente tal aumento foi pequeno, implicando o deslocamento para uma outra posição um pouco mais favorável. Assim, a Bahia, que era a sétima Unidade da

Federação com maior concentração de renda, em 1981, passou a ser a décima em 1999. No Nordeste, em 1981, apenas o Ceará e a Paraíba possuíam concentração de renda superior a da Bahia. Em 1999, todos os outros estados nordestinos, menos o Maranhão, possuíam concentração de renda maior.

Entre 1981 e 1999, quase todos os estados do Nordeste apresentaram reduções expressivas da incidência da pobreza em suas populações. Na Paraíba, o P0 chegou a cair 18 pontos percentuais; no Piauí, 17. Apenas em Alagoas o P0 subiu. Em Pernambuco, a redução foi de apenas dois pontos percentuais. Em média, a queda foi de nove pontos percentuais. Todavia, o P0 da Bahia manteve-se o mesmo. Comparativamente, tal estabilidade fez com que o estado passasse da posição de oitavo estado com maior incidência da pobreza, em 1981, para a quinta posição em 1999.

Os indicadores de intensidade da pobreza na Bahia também não variaram muito. Em 1981, a Bahia era o oitavo estado do país, pelo P1 ou pelo P2, em que a pobreza era mais intensa, embora, dentre os estados nordestinos, apenas Pernambuco apresentasse indicadores um pouco melhores. Entretanto, graças ao sucesso de outros estados nordestinos na redução da pobreza, comparativamente a Bahia perdeu posições e, em 1999, passou a ser o estado brasileiro com o quinto maior hiato médio de pobreza (P1), e o sétimo maior hiato médio quadrático (P2).

Em termos de pobreza e concentração de renda, portanto, a sociedade baiana não tem razões para se orgulhar das duas últimas décadas do século XX. Uma análise integrada dos indicadores apresentados na Tabela 1 permite concluir que, em 1981, apenas um estado nordestino possuía uma situação comparativamente melhor que a da Bahia — Pernambuco. Porém, ao longo do período, outros estados tiveram maior sucesso no combate à pobreza, ainda que acompanhado por uma intensificação da concentração de renda. Essa diferença de desempenho fez com que a Bahia terminasse a década de 1990 como um dos estados mais pobres do país. A isto soma-se o agravante de que enquanto os outros estados, com situação ainda pior que a baiana, têm apresentado franca evolução de seus indicadores (exceto o Gini), na Bahia a situação parece estática. Mantendo-se tal tendência, a Bahia pode-se transformar, a médio prazo, no estado mais pobre do Brasil.

Evolução da concentração de renda e da pobreza na Bahia

Na seção anterior, viu-se que os indicadores da Bahia em 1999 eram muito próximos aos observados em 1981. Essa estabilidade em um contexto de melhoria dos indicadores de unidades da federação que, em 1981, apresentavam uma situação pior, fez com que a Bahia se tornasse um estado relativamente mais pobre. Nesta seção, será averiguado o comportamento dos indicadores ao longo do período, de 1981 a 1999.

Começando pela renda *per capita*, é possível perceber, a partir do Gráfico 1, que houve uma tendência de queda nos primeiros anos da década de 1980,

quando o país atravessou um período de recessão. Em 1985 se inicia uma ligeira recuperação e, em 1986, ano do Plano Cruzado, a renda *per capita* assume o maior valor do período, 40% maior que a observada em 1999. A partir de 1987 a renda *per capita* apresenta tendência declinante, até que, em 1992, atinge o seu menor valor no período observado. De 1993 em diante a tendência se reverte, crescendo até 1997, com uma possível tendência de declínio se configurando em 1998 e em 1999. Todavia, com exceção de 1986, as variações ocorridas nos outros anos não são de grande monta e, assumindo-se as imperfeições no processo de captação da renda e de atualização dos valores, pode-se considerar que o nível de renda da Bahia permaneceu estável entre 1981 e 1999.

Gráfico 1

Renda *per capita* em R\$ de janeiro de 2002
Bahia, 1981 a 1999



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

Notas:

1) Em 1991 e em 1994 a PNAD não foi realizada;

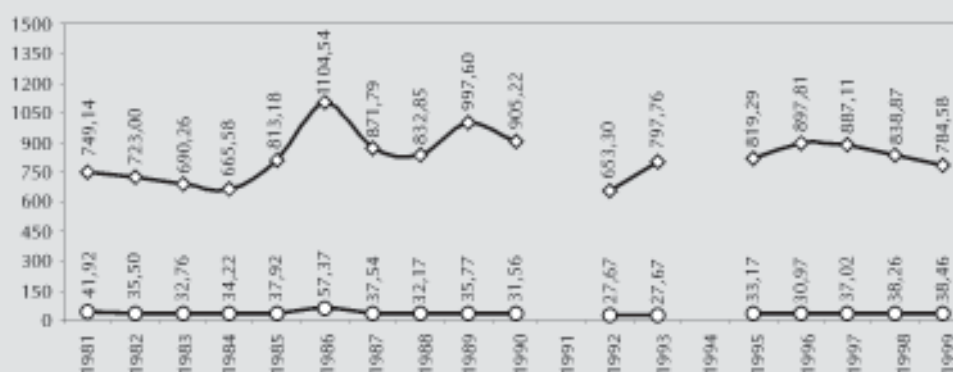
2) Valores inflacionados pelo INPC ajustado para o uso com as PNADs sugerido por Corseuil & Fogel (2002).

Embora a renda *per capita* tenha se mantido estável, com um crescimento de apenas 3% de 1981 a 1999, a elevação da concentração da renda, verificada na seção anterior, sugere que provavelmente o comportamento do nível da renda tenha sido diferente para grupos socioeconômicos distintos. No Gráfico 2 estão representados os comportamentos da renda *per capita* dos 40% mais pobres da população baiana, e dos 10% mais ricos. Ao longo do tempo, as duas séries evoluem da forma descrita para a renda *per capita* em geral. Embora a série dos 10% mais ricos pareça mais instável ao longo do tempo, tal percepção é, em grande parte, produzida pela representação gráfica, cuja escala apresenta um grau de detalhe adequado para o nível de rendimento dos mais ricos. A partir do Gráfico 2, é possível perceber que enquanto a renda *per capita* dos 10% mais ricos era, em 1999, 5% maior que em 1981, a dos 40% mais pobres se tornou 8% menor.

Essas tendências podem ser melhor observadas no Gráfico 3, onde estão representadas as variações percentuais da renda *per capita* tendo o ano de 1981 como base. Nota-se que a renda *per capita* dos 10% mais ricos manteve-se sempre mais elevada que a de 1981, exceto de 1982 a 1984 e em 1992. Por outro lado, a dos mais pobres esteve sempre em níveis mais baixos, menos no atípico ano de 1986.

Gráfico 2

Renda *per capita* dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos em R\$ de janeiro de 2002 Bahia, 1981 a 1999



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

Notas:

1) Em 1991 e em 1994 a PNAD não foi realizada.

2) Valores inflacionados pelo INPC ajustado para o uso com as PNADs sugerido por Corseuil & Fogel (2002).

Gráfico 3

Varição percentual da renda *per capita* dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos em relação a 1981 Bahia, 1982 a 1999



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

Notas:

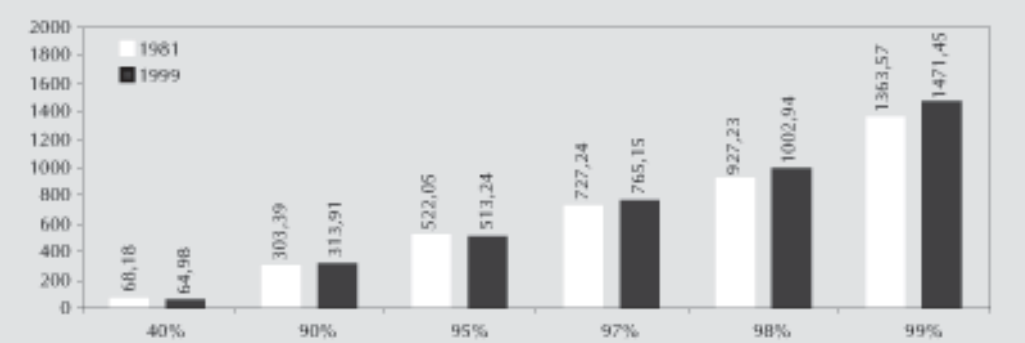
1) Em 1991 e em 1994 a PNAD não foi realizada.

2) Valores inflacionados para Reais de janeiro de 2002 pelo INPC ajustado para o uso com as PNADs sugerido por Corseuil & Fogel (2002).

Em 1999, pertenciam aos 40% mais pobres todas as pessoas que possuíam uma renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 64,98. Pessoas com renda domiciliar superior a R\$ 313,91 *per capita*, por sua vez, pertenciam aos 10% mais ricos da população. O Gráfico 4 exibe esses valores de corte para a população classificada em uma escala de pobreza relativa, em 1981 e em 1999. Apresenta também os valores de corte que definem os 5% mais ricos (ou os 95% mais pobres), os 3%, os 2% e o 1% mais ricos da população.

Gráfico 4

Valores de corte para grupos da população classificados segundo uma escala de pobreza relativa, em R\$ de janeiro de 2002 Bahia, 1981 a 1999



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

Notas: Valores inflacionados pelo INPC ajustado para o uso com as PNADs sugerido por Corseuil & Fogel (2002).

Gráfico 5

P0, incidência da pobreza (%) Bahia, 1981 a 1999



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

Notas:

1) Em 1991 e em 1994 a PNAD não foi realizada.

2) Linha de pobreza de R\$ 90,00, salário-mínimo de janeiro de 2002, deflacionada para os anos anteriores pelo INPC ajustado para o uso com as PNADs sugerido por Corseuil & Fogel (2002).

Como os 40% mais pobres da população estão abaixo da linha de pobreza escolhida, o comportamento da sua renda *per capita* antecipa e sugere o comportamento do indicador de incidência da pobreza, o P0. Efetivamente, como pode ser comprovado a partir do Gráfico 5, o P0 apresenta um comportamento negativamente correlacionado com o da renda *per capita*. Assim, em 1986, quando a renda *per capita* atingiu seu maior valor, o P0 assumiu o seu menor valor, com 38% da população abaixo da linha da pobreza. Da mesma forma que, ao longo do período, a renda dos 40% mais pobres esteve sempre em patamares abaixo do observado em 1981 (exceto em 1986), o P0 manteve-se sempre acima de 54%. Em 1999, ano em que a variação do nível de renda em relação a 1981 foi baixa, o P0 também indicou 54% da população abaixo da linha de pobreza.

O P1, que mede a intensidade da pobreza, comportou-se de forma semelhante ao P0, crescendo nos anos de diminuição da renda *per capita*. Em 1981, o P1 era 0,232, ou seja, as pessoas abaixo da linha de pobreza estavam distantes

dessa, em média, 23,2% do valor da linha, R\$ 20,99 em valores de janeiro de 2002. Essa distância média da linha de pobreza atingiu seu maior valor em 1993 (R\$ 31,40) e o menor (R\$ 13,07) no ano do Plano Cruzado, 1986. Em 1999, o P1 de 0,248 indica que os pobres estavam a uma distância média de R\$ 22,32 da linha de pobreza. A partir do Gráfico 6 é possível observar que a intensidade da pobreza na Bahia, ao longo do período, esteve quase sempre acima do nível observado em 1999, menos em 1981, 1986 e em 1998.

Gráfico 6

P1, intensidade da pobreza (%)
Bahia, 1981 a 1999



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

Notas:

1) Em 1991 e em 1994 a PNAD não foi realizada.

2) Linha de pobreza de R\$ 90,00, salário-mínimo de janeiro de 2002, deflacionada para os anos anteriores pelo INPC ajustado para o uso com as PNADs sugerido por Corseuil & Fogel (2002).

O último dos indicadores de pobreza da classe FGT, o P2, sintetiza informações sobre a incidência e a intensidade da pobreza, e também sobre a distribuição da renda entre os pobres. A evolução do P2 da Bahia, para a linha de pobreza adotada, apresenta o mesmo comportamento do P1 ou seja, ao longo do período, só em 1986 foi para um patamar abaixo dos observados em 1981 e em 1999, como representado no Gráfico 7. É interessante notar ainda que o P2 apresenta uma evolução temporal bem mais suave que os demais indicadores apresentados até este momento.

Portanto, no que toca à incidência e à intensidade da pobreza, a Bahia não avançou nada ao longo das duas décadas observadas. Pelo contrário, apresentou uma piora da situação da pobreza durante os anos 1980 e na primeira metade da década de 1990. A diminuição dos indicadores de pobreza, observada a partir de 1995, não foi nem ao menos suficiente para levá-la de volta aos níveis de 1981, ainda que tenha se aproximado desses em 1999.

A concentração da renda mensurada pelo Índice de Gini apresenta uma razoável estabilidade temporal ao longo do período, como pode ser percebido no Gráfico 8. Todavia, há que se considerar que o Gini é um indicador extremamente sensível, e variações de centésimos são expressivas. De 1988 a 1993, em particular, esse indicador assumiu valores muito elevados. Como elemento de comparação, tem-se que, no *World Development Report*, do Banco Mundial (2000), não há país algum no mundo ostentando Ginis de

Gráfico 7

P2, incidência e intensidade da pobreza
Bahia, 1981 a 1999

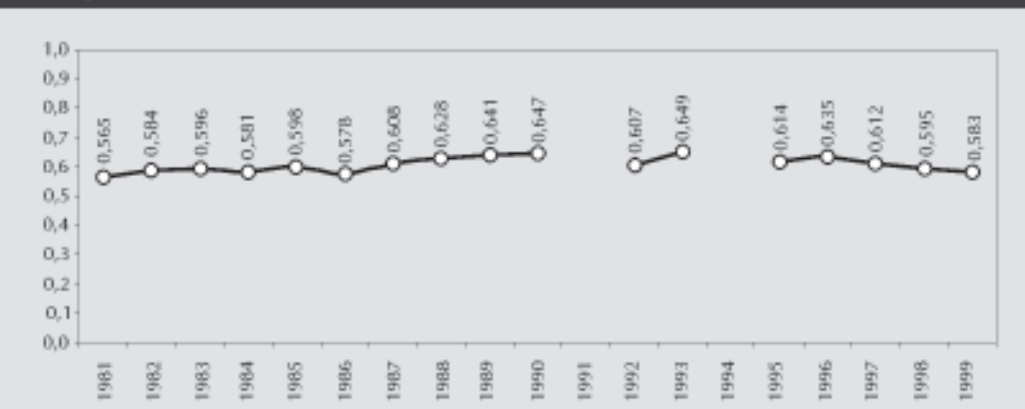
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

Notas:

1) Em 1991 e em 1994 a PNAD não foi realizada.

2) Linha de pobreza de R\$ 90,00, salário-mínimo de janeiro de 2002, deflacionada para os anos anteriores pelo INPC ajustado para o uso com as PNADs sugerido por Corseuil & Fogel (2002).

Gráfico 8

Índice de GINI
Bahia, 1981 a 1999

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

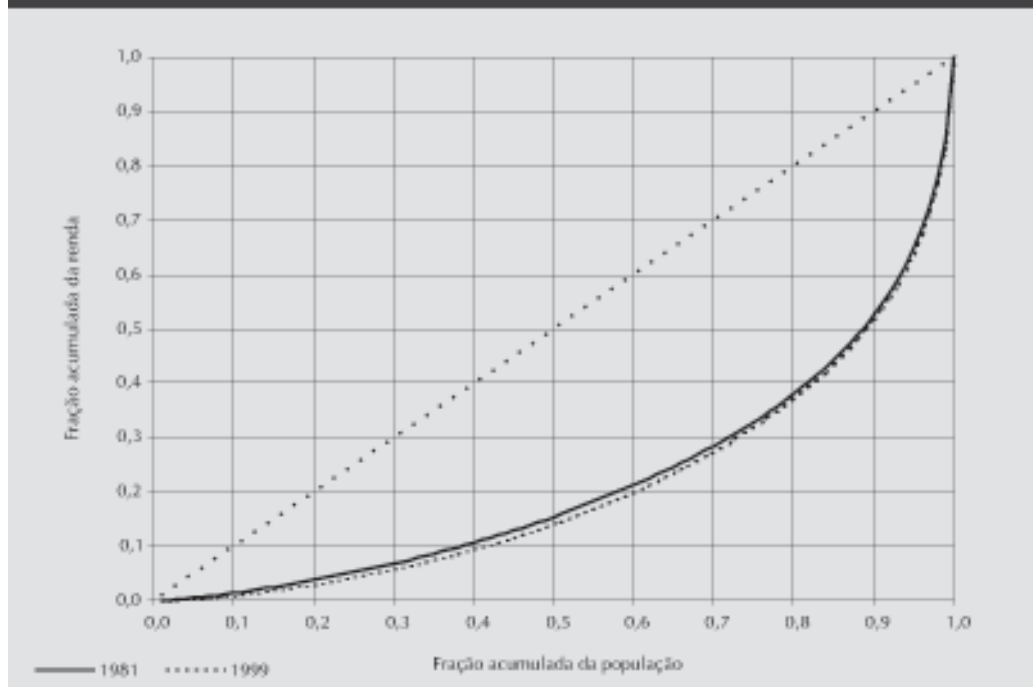
Notas:

1) Em 1991 e em 1994 a PNAD não foi realizada.

valor tão alto quanto os observados na Bahia de 1988 a 1990 e em 1993. Somente Serra Leoa, a República Centro-Africana e o próprio Brasil chegam perto da Bahia, lembrando-se que, mesmo assim, em 1999 havia nove estados brasileiros com um Gini ainda maior (Tabela 1).

A concentração da renda apresenta, em última instância, o mesmo comportamento verificado para os indicadores de pobreza, ou seja, piorou bastante ao longo do período, apresentando uma recuperação progressiva a partir da segunda metade da década de 1990, mas sem retornar ao nível de 1981. Comparando-se as Curvas de Lorenz das distribuições de renda domiciliar per capita de 1981 e de 1999 (Gráfico 9), percebe-se que a primeira domina completamente a última, o que comprova, de forma cabal, o aumento da concentração de renda no período, ainda que esta aparente estar em declínio a partir de 1996.

Gráfico 9

Curvas de Lorenz
Bahia, 1981 e 1999

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1999. Elaboração DISOC/IPEA.

CONCLUSÕES

Os resultados do estudo mostram que, se comparadas à situação de 1981, a desigualdade e a pobreza na Bahia pioraram nas duas últimas décadas. Embora a renda per capita tenha aumentado ligeiramente, a piora na distribuição de renda fez com que o nível de pobreza permanecesse estável.

O crescimento da renda, acompanhado do aumento da desigualdade, observado na Bahia, faz parte de uma tendência nacional. Porém, na maior parte dos estados do Nordeste o crescimento com aumento da desigualdade se deu de tal modo que, mesmo assim, foi benéfico para as pessoas mais pobres. Ao longo das duas décadas analisadas, tanto a proporção de pobres quanto a intensidade da pobreza se reduziram na maior parte dos estados do Nordeste. A Bahia, no entanto, foge do padrão nordestino à medida que mantém, no final da década de 1990, a mesma proporção de pobres de 20 anos antes, porém apresentando uma pobreza mais intensa.

No período analisado a Bahia apresentou um desempenho inferior ao dos demais estados nordestinos. O crescimento de sua renda *per capita* foi um dos menores observados, razão pela qual a Bahia, que possuía a segunda maior renda *per capita* do Nordeste, a nona pior do Brasil, caiu para a colocação de quinta pior renda *per capita* do país. Exceto por um crescimento significativo à época do Plano Cruzado, o nível de renda da Bahia permaneceu praticamente estável entre 1981 e 1999. Vale notar que o pequeno crescimento observado no estado beneficiou apenas os mais ricos. A renda média dos mais pobres caiu ao longo dos anos.

No que diz respeito à desigualdade, o aumento na Bahia foi menor que o de outros estados. Esse é, em parte, um resultado esperado do comportamento de uma sociedade com baixas taxas de crescimento econômico. Em termos relativos, a Bahia melhorou de posição em relação aos outros estados, mas ainda assim se manteve entre as dez piores distribuições de renda do país. Não há atualmente país algum no mundo com uma distribuição de renda tão ruim quanto a baiana.

No que toca à redução da pobreza, a Bahia apresentou resultados pífios. Quase todos os estados do Nordeste apresentaram diminuições expressivas da pobreza em suas populações, mas a Bahia foi incapaz de melhorar a situação de seus pobres, de modo que, relativamente, piorou na classificação dos estados mais pobres. Hoje o estado encontra-se entre os cinco com maior proporção de pobres no Brasil. Mantendo-se a tendência atual, a Bahia pode se transformar, em um futuro próximo, no estado mais pobre do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZONI, C. R. Distribuição pessoal da renda nos Estados e desigualdade de renda entre Estados no Brasil – 1960, 1970, 1980, 1991. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p.251-78, ago. 1997.

BANCO MUNDIAL. *World development report 2000/2001: attacking poverty*. New York, World Bank:: Oxford University Press, 2000.

BARRETO, F. A. & JORGE NETO, P. M. & TEBALDI, E. *Desigualdade de renda e crescimento econômico no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: CAEN/UFC, 2001. (Série Estudos Econômicos, 37).

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; DUARTE, R.P.N. Bem-estar, pobreza e desigualdade de vida: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 18º, 1996. *Anais...* Águas de Lindóia: SBE, 1996.

BARROS, R. P. & HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 800)

BARROS, R. P. & MENDONÇA, R. A Evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 49, p.329-52, 1995b.

_____. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das três últimas décadas – 1960-1990. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25, p.115-65, 1995.

CORSEUIL, C.H. & FOGEL, M.N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Textos para discussão, 897).

COSTA, R. A. *Notas sobre o papel da educação na diferenciação das rendas entre 1960 e 1970*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2. Belo Horizonte: ANPEC, 1974. (mimeo).

FERES, J. C. & MANCERO, X. *Enfoques para la medición de la pobreza – breve revisión de la literatura*. MECOVI (Programa para el mejoramiento de las encuestas y la medición de las condiciones de vida en América Latina y el Caribe)- 4o. Taller Regional. Buenos Aires: CEPAL, 1999.

FONSECA, M. G. Radiografia da distribuição pessoal da renda no Brasil: uma desagregação dos índices de Gini. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.1, n.11, p.7-19, mar. 1981.

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. *Econometrica*, New Haven, v. 52. n. 3, p.761-66, maio 1984.

FURTADO, C. *O Brasil pós-“milagre”*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOFFMAN, R. *Distribuição de renda; medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.

HOFFMAN, R. & KAGEYAMA, A. A. Distribuição de renda no Brasil entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 12., 1984, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPEC, 1984. v. 2

NERI, M. C.; AMADEO, E. J. *Macroeconomic Policy and Poverty in Brazil*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia – PUC, 1998. (Texto para discussão, 383).

NERI, M. & CONSIDERA C. & PINTO, A. Crescimento, Desigualdade e Pobreza: o impacto da estabilização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26., 1996, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPEC, 1996. v. 1

RAMOS, L.; BONELLI, R. *Income distribution in Brazil: longer term trends and changes in Inequality since the Mid-1970s*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia – PUC, 1992. (Texto para discussão, 288).

RAVAILLON, Martin. *Comparaison de la Pauvreté: concepts et methodes*. Washington: World Bank, 1996. (Document de travail, 22).

SABÓIA, J. L. M. *Um novo índice de concentração – aplicação ao estudo da evolução recente da distribuição de renda no Brasil*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 5, 1977, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEC, 1977. v. 2.

SAUNDERS, Peter. Toward a Better Poverty Measure. *Focus*, Sidney, v. 19, n. 2, p.1-44 Spring 1998

SAVEDOFF, William. *The Stability of Regional Wage Differentials in Brazil*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17, 1989. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ANPEC, dez. 1989. v. 3.

SEN, Amartya Kumar. Poverty: an ordinal approach to measurement. In: SEN, Amartya K. *Choice, Welfare and Measurement*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1982. Originalmente publicado em *Econometrica*, v.44, p.219-31, March 1976

_____. Poor, Relatively Speaking. In: _____. *Resources, values and development*. Cambridge MA: Harvard University Press, 1997. Publicado originalmente em *Oxford Economic Papers*, 35, p. 153-69, July 1983.

_____. From income inequality to economic inequality. *Southern Economic Journal*, Gainesville, v. 64, n. 2, p.384-401, oct. 1997

SPICKER, Paul. Definitions of poverty: eleven clusters of meaning. In: GORDON, David; SPICKER, Paul (Eds.). *The International Glossary on Poverty*. London: Zed Books, 1998.

STREETEN, Paul. Beyond the six veils: conceptualizing and measuring poverty. *Journal of International Affairs*, New York, v. 52, n.1. p. 1-12, fall 1998

TOWNSEND, Peter. Poverty as a relative deprivation: resources and style of living". In: WEDDERBURN, Dorothy. *Poverty, Inequality & Class Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. Versão modificada da conferência na American Academy of Arts and Sciences em Boston, 1969.